



QUEM NÃO LUTA TÁ MORTO

Moacir dos Anjos

Utopia é um conceito que remete a um deslocamento e também a um devir. A um lugar que não é aquele onde se vive e a um tempo que não é o de agora, marcados que esses são por insatisfações, recusas e faltas. Utopia é, assim, a projeção de um território e de um momento nos quais desejos e direitos são de algum modo satisfeitos e observados. Qualquer utopia, contudo, é sempre formulada por um sujeito que ocupa, no mundo, uma posição determinada. É um lugar e um tempo de apaziguamento e de regozijo imaginados a partir de um ponto de vista particular: desde um indivíduo ou uma comunidade que projetam, em oposição a um presente que os acua, um futuro em que serão reparados por carências e danos. A utopia de uns é, por isso, sempre distinta da utopia de outros quaisquer. Quem tem acesso precário ou mesmo vetado a saúde, educação, segurança e moradia, além de ter medo justificado de sofrer violência psíquica ou física a qualquer hora, concebe um lugar almejado que certamente difere daquele imaginado por quem não padece da ausência do que de mais básico a vida requer.

O pensamento utópico é, portanto, essencialmente político. Ele enuncia e anuncia desigualdades muitas vezes fundantes de um contexto social específico. Confronta um conjunto de dispositivos institucionais e subjetivos mantenedores de uma situação em que satisfação e proteção valem somente para poucos e proclama a ideia de um mundo outro, organizado de forma mais paritária e justa. A condição para o exercício do pensamento utópico é, por consequência, a existência da democracia. Na ausência de ambiente que acolha o desentendimento e o dissenso, aqueles dispositivos reguladores sufocam fabulações de outros possíveis, valendo-se para isso, inclusive, da



força aberta e bruta. Sufocam fabulações que ecoam e combatem uma partição desigual de possibilidades na vida, chegando, no limite, ao extermínio daquele que deseja e demanda. O pensamento utópico é espaço de confronto e de disputas.

São muitas as maneiras de fabular outro lugar que possa existir no futuro, embora fazer política e fazer arte sejam duas das mais antigas e constantes. Uma e outra se valem da construção de formas, da locução de falas e do movimento dos corpos para fraturar os consensos que moldam um ambiente econômico e social que satisfaz alguns poucos enquanto segrega ou alija muitos. Fabulações utópicas que tomam o parlamento e o museu, bem como as ruas e os canais virtuais, como plataformas de comunicação e de luta. Fabulações que têm origem em locais tão diversos quanto escolas, aldeias, prostíbulos, sindicatos, quilombos, ocupações e onde mais houver expressão de descontentamento com um presente que se acanha diante de desejos irrealizados e de direitos negados. Fabulações que se apegam ao que já existe de modos diversos, ainda que articulados: enquanto algumas se ocupam em exhibir as faltas que marcam as vidas de tantos, outras se dedicam a simbolicamente refazer, de modo mais inclusivo, as relações entre gentes e posições, entre grupos e possibilidades. Ambas, contudo, querendo distribuir de outra maneira, nos espaços onde o tempo corre, os corpos que habitam o mundo.

Há um pensamento utópico que marca uma parcela da arte brasileira e que ancora, por meio de estratégias as mais distintas, a produção de muitos de seus praticantes. Uma produção atravessada por interdições e invenções de classe, raça, gênero, religião e outros marcadores de diferença no Brasil. Produção que não quer ser impositiva, porém, na anotação desse território imaginado no campo do sensível, apontando apenas alguns de seus marcos mais visíveis, além de outros talvez insuficientemente catalogados. São obras que amolecem as fronteiras entre arte e política para abarcar uma e outra sob o signo da projeção de um futuro que as tornaria, no limite, desnecessárias. Somente para que outras demandas de inclusão



possam surgir, e com elas novas imagens, formas, sons, textos e gestos, posto que o desejo e a vontade se deslocam no tempo como alvos móveis que nunca se podem alcançar.

“Quem não luta tá morto” é frase gritada por muitas e muitos dos que teimam em construir, em estado de constante disputa, lugares e tempos mais generosos e inclusivos. É frase dita bem alto, em particular, por aquelas e aqueles que buscam fazer valer, no Brasil, o direito constitucional à terra e à moradia. Frase que sintetiza a certeza vital que move a construção utópica: a impossibilidade de estancar a busca do que se deseja e do que se precisa. Mas se a única alternativa à morte é a luta, é dolorosamente claro que a luta não impede a suspensão da vida, que quem luta também morre – com frequência, justo por sua combatividade, por sua gana de inventar um mundo mais largo. Gente que é morta por querer impedir as mortes lentas que a existência precária fabrica, espelho das desigualdades abissais que fundam e estruturam o país. As mortes de quem luta se transformam, por isso, em imperativo ético de resistência para quem fica; de fazer valer, a despeito de tudo, o valor da vida. Se os assassinatos de Marielle Franco e de dezenas de lideranças indígenas e quilombolas nos últimos anos são tentativas bárbaras de sustar a potência da vida imaginada que as movia, o surgimento de mais e mais pessoas dispostas a publicamente sustentar e assumir, para si, as lutas pelas quais elas foram mortas, é tradução da certeza de que, de algum modo, elas continuam vivas. Adotar aquela palavra de ordem é, portanto, querer estar junto, é querer fazer multidão. É lembrar que, enquanto houver desigualdades de acesso à condição de vida que para alguns já existe há muito, a história não tem fim.

Os artistas brasileiros que, com suas obras, formulam e partilham esse pensamento utópico contribuem para a imaginação coletiva de um Brasil diferente do que existe. São artistas que inventam maneiras – mesmo que irremediavelmente falhadas ou insuficientes – de figurar, no campo do sensível, a natureza insuportável da violência



continuamente imputada a segmentos específicos dos habitantes do país – negras e negros, população LGBTQIA+, povos indígenas, pobres em geral. Ou que convocam quem se importa com tal situação a explicitar sua inadmissibilidade e a usar vozes e corpos na construção daquilo que ainda não há. Fazem também parte dessa comunidade artistas que, em vez de representar disputas particulares em seus trabalhos, repercutem neles, de modo sintético e quase abstrato, situações de desamparo e de luta, de dor e de mudança radical. São artistas que demandam uma igualdade pendente. Que lembram, a partir de muitas posições e cantos diferentes, que é necessário e possível criar, em um futuro mais próximo que distante, lugares que não existem.

Que não existem por agora.